

QUAL É A GRAÇA DA LEI?



Conteúdo

- Aula 1 – O propósito da Lei**
- Aula 2 – A Lei a Aliança**
- Aula 3 – Até quando a Lei valeu?**
- Aula 4 – A Lei como reflexo do caráter de Deus**
- Aula 5 – Leis do cotidiano - Êxodo**
- Aula 6 – Leis do cotidiano - Levítico**
- Aula 7 – Leis do cotidiano - Números**
- Aula 8 – Leis do cotidiano - Deuteronômio**

Marcos Senghi Soares

- 2022 -

Aula 7 – Leis sobre o cotidiano

NÚMEROS

Embora seja mais narrativo do que prescritivo, durante os 40 anos que a geração do Êxodo passa no deserto (até que seja eliminada), o livro de Números traz regulamentações e complementos importantes de diversas leis.

1. Cerimonialmente impuros fora do acampamento (Números 5:1-4)

Pelas razões apresentadas anteriormente, as pessoas que estiverem impuros não podiam permanecer no convívio do povo; tinham de ficar fora do arraial até que o problema fosse resolvido. Além da questão da preservação da saúde geral do povo, o principal fator dessa exclusão era a presença de Deus, ora representada pelo tabernáculo (que ficava exatamente no meio do acampamento).

2. Indenização por danos morais (Número 5:5-10)

A vida era protegida em todos os seus aspectos: físico, emocional e moral. Uma pessoa que ofendesse à outra precisava reparar financeiramente ao ofendido – com uma multa estabelecida pelos juízes. Além disso, era necessário oferecer um carneiro pela culpa, porque, em última análise, o pecado contra o próximo é primeiramente um pecado contra Deus. Mesmo que a restituição fosse pós-morte, a memória do ofendido seria honrada – fosse pela indenização de um parente próximo ou, na ausência desses, pela entrega da indenização ao sacerdote. Esta lei, quase despercebida, foi notada por Jesus em seu Sermão do Monte (Mateus 5:23-26) como uma demonstração da verdadeira espiritualidade que agrada a Deus.

3. A lei do ciúme (Número 5:11-31)

Outra das mais estranhas leis para quem as analisa com a mente ocidentalizada do século 21. O que à primeira vista parece ser um instrumento de exposição da mulher ao capricho de um marido possessivo e ciumento, pode ser encarado também como uma forma de proteção e apelação da mulher. Mesmo porque o marido precisava apresentar algum motivo para a desconfiança. Se ela não tivesse como provar sua inocência, aí, sim, estaria em situação complicada diante de seu marido, família e amigos. Sendo inocente, a mulher poderia provar isso bebendo a água que trazia maldição.

4. O voto de nazireu (Números 6:1-21)

- Voto voluntário e por um tempo determinado.
- Tanto homem como mulher podia fazer esse voto.
- O nazireu se absteria de vinho, bebidas fermentadas ou qualquer coisa relacionada a uvas.
 - Não podia cortar o cabelo ou raspar o corpo.
 - Não podia aproximar-se de cadáver.²⁰
 - A quebra de qualquer dos itens interrompia o voto. Ele precisava apresentar-se ao sacerdote para a purificação cerimonial (oferta de dois rolinhos ou dois pombinhos), além de um cordeiro de um ano como oferta de reparação e iniciar a contagem dos dias novamente.
 - Ao se completarem os dias, um ritual de encerramento do voto seria feito (um cordeiro de um ano, uma cordeira de um ano e um carneiro de um ano – sacrificados, respectivamente, como holocausto, como oferta pelo pecado e como oferta de comunhão, além da oferta de libação e de cereais e pães).

O propósito do voto do nazireu era dedicação voluntária e especial a Deus. O votante abria mão da alegria representada pelo vinho e derivados de uva; abria mão da imagem pessoal e do contato com

²⁰ Alguns defendem que a proibição dizia respeito apenas a cadáveres humanos – mas isso ficaria em desacordo com as outras leis sobre impureza cerimonial.



aquilo que estava se decompondo. Seu foco durante aquele tempo era o Senhor. Era como se estivesse dizendo: “*Posso viver sem qualquer coisa, mas não posso viver sem o Senhor?*”.

5. **As borlas das roupas (Números 15:37-41; Deuteronômio 22:12)**

Serviriam como lembretes de que Israel tinha uma lei divina para seguir. As borlas azuis se movimentariam a cada passo. Era um memorial, uma forma lúdica de remeter a caminhada de um israelita sempre na direção da vontade expressa do Senhor.

6. **A água da purificação (Números 19)**

- Uma novilha vermelha, perfeita, nunca usada em trabalho deveria ser sacrificada e queimada pelo sacerdote, juntamente com madeira de cedro, hissopo e lã vermelha (os mesmos elementos da purificação do leproso). Seu sangue espargido 7 vezes na direção do Tabernáculo.
- O sacerdote que imolou a novilha e o que a queimou ficam impuros até o fim da tarde
- Um homem cerimonialmente puro recolhe as cinzas e as guarda num recipiente, fora do acampamento.

Essa água servia para purificação cerimonial (é citada em Hebreus 9:13) por morte. Quem tocasse cadáver e não fosse purificado pela água da cinza da novilha vermelha seria eliminado do povo, porque contaminou o Tabernáculo do Senhor com morte. Era uma expressão clara da separação entre a vida e a morte, entre o povo santo de Deus e as coisas comuns.

7. **A herança das mulheres (Números 27:1-11; 36:1-13)**

- Esta lei foi estabelecida em resposta a uma reivindicação de um grupo de mulheres (as filhas de Zelofeade, da tribo de Manassés). Não havia prescrição sobre o assunto, por isso Moisés precisava apresentar esse caso diante do Senhor. A partir desta jurisprudência, a lei da herança é ampliada para atender a situações idênticas.
- A herança era, em geral, repartida a partir dos filhos (homens). Na ausência deles, como era o caso das filhas de Zelofeade, corria-se o risco de que a memória de uma família (bem com sua herança) se perdesse na linha do tempo. Portanto, a partir desta lei, quando não houvesse homens na linhagem, a herança estaria autorizada a ser dada às filhas. Se não houvesse filhas, tinha de ser passada para o parente mais próximo, sempre dentro do mesmo clã.
- Números 36 estabelece a obrigatoriedade de casamento das filhas dentro da mesma tribo, para que a herança nunca se acumulasse em algumas tribos, mas a divisão fosse sempre justa.

Observa-se nesta lei, pelo fato de ter sido resposta e não iniciativa de Deus, que nós também devemos mostrar zelo para com as coisas que são caras a Ele. A reivindicação à herança de uma terra ainda não possuída por eles a esta altura era uma enorme demonstração de fé e apreço à Palavra empenhada de Deus. Além disso, esta lei garante uma justa distribuição de terra e de renda – evitando que uma tribo acumulasse mais do que outra, à medida que casamentos fossem retirando terras de uma família e passando para as mãos de outras.

8. **Os votos (Números 30; Deuteronômio 23:21-23)**

- Ninguém estava obrigado a tomar voto, mas uma vez assumido, tinha de ser cumprido rigorosamente
- As mulheres podiam ter seus votos cancelados pelo pai ou pelo marido, apontando para uma hierarquia e submissão.

A palavra e o compromisso tinham valor até às últimas consequências. Aquilo que dizemos é ouvido por Deus e precisa ser levado a sério (Eclesiastes 5:2, 4-7). Esses votos tinham por objetivo uma dedicação específica ou busca de Deus (como no caso do voto do nazireu). Não deviam ser feitos como ostentação religiosa, mas como humilhação sincera diante de Deus (v.13).



9. As cidades dos levitas (Números 35:1-34; Deuteronômio 19:1-13)

- 48 cidades foram separadas para habitação dos levitas e suas famílias²¹. Eles não receberam parte na divisão da terra entre as tribos, por isso tiveram garantido o direito a essas cidades e suas pastagens.
- A distribuição geográfica (segundo Eric MacCaughren) era estratégica: nenhuma delas ficava a mais de 16 km de distância de uma cidade israelita.
- A zona rural das cidades também era para uso dos levitas. Eles tinham direito a criar seus rebanhos e plantar suas terras.

Fica claro o cuidado de Deus com os seus servos sacerdotes e levitas. Eles precisavam ter tranquilidade para concentrar sua energia no ministério e no ensino. Também, a preocupação de que sempre houvesse um levita por perto, de sorte que nunca faltasse a orientação e a aplicação da lei na vida diária do povo. Assim, tanto os que serviam quanto os que eram servidos estavam amparados. Eles eram os equivalentes aos funcionários públicos – com a diferença de que o serviço sacerdotal era hereditário e restrito sempre à tribo de Levi.

- Seis dessas cidades serviriam como cidades-refúgio (Números 35:9-34). Mais tarde, Josué designou Quedes, Siquém, Quiriate-Arba (Hebrom), Bezer, Ramote Gileade, Golã (Josué 20:7,8).
 - A pessoa que matasse alguém culposamente (sem intenção de matar) podia correr para uma dessas cidades e aguardar o julgamento ali. Estando no perímetro da cidade-refúgio, ele não podia ser alcançado pelo vingador de sangue.
 - Se o julgamento, ele fosse considerado culpado, seria entregue à execução. Caso contrário, permaneceria vivo na cidade até a morte do sumo sacerdote.

Essa provisão legal fazia justiça na terra. O homicídio doloso pagava com a vida pela morte de alguém, sem discussão. Não era uma questão de vingança ou de lidar com os índices de criminalidade, mas de fazer “*propiciação em favor da terra*”, que é profanada quando sangue de uma pessoa é derramado nela (Números 25:33). Mas o homicídio culposo, que matou acidentalmente ou sem intenção de matar, era tratado com peso diferente. O próprio Deus estabelece que cada caso merece um tratamento específico.

²¹ O cumprimento dessa lei bem como a relação das cidades está em Josué 21

